

O PROBLEMA DO CONHECIMENTO COMO SUBSIDIÁRIO DA DOCTRINA DO PENSAMENTO EM MAURICE BLONDEL

Maria do Céu Patrão NEVES
(Univ. dos Açores)

Maurice Blondel, ao longo da sua vasta produção filosófica, nunca sistematiza a sua reflexão sobre o problema do conhecimento. Tal facto está na origem da dificuldade de apreensão desta problemática e, simultaneamente, confirma, quer o interesse secundário de Blondel pelo tema, quer a marginalidade deste relativamente à sua inspiração fundamental: o "primado total e final da acção"¹ na sua indissolúvel inter-relação com o "pensamento" e o "ser".²

Recordemos que as mais importantes obras filosóficas de Blondel são *L'Action* (1893)³ e as três que compõem a Trilogia — *La Pensée* (1934),⁴ *L'Être et les êtres* (1935)⁵ e *L'Action* (1936-7)⁶ — textos considerados, quase unanimemente, como pilares da sua filosofia, aqueles que a caracterizam e definem o desiderato fundamental do autor. No entanto, verifica-se que, nestas obras, o problema do conhecimento nunca surge como um tema principal, mas antes secundário e de um modo indirecto suscitado pelo desenvolvimento de uma outra questão, essa sim considerada principal. E, não obstante o que já afirmámos, o problema do conhecimento está presente na filosofia blondeliana. Ele aparece com regularidade nos seus escritos da primeira fase que decorre entre 1893 e 1934.⁷

Os objectivos deste estudo serão, precisamente: mostrar a autenticidade de um problema do conhecimento para Blondel; e apresentar, quer o valor do "conhecer" na formulação *sui generis* sob a qual surge, quer o papel específico que este desempenha no conspecto geral da filosofia blondeliana. Eis o que realizaremos ao longo de quatro diferentes momentos sucessivos.

Num primeiro momento procuraremos responder à questão "quando e como aparece o problema do conhecimento na filosofia de Maurice Blondel?". A reflexão sobre a origem de tal problemática conduzir-nos-á ao estudo mais atento do capítulo "le lien de la connaissance et de l'action dans l'être" da primeira grande obra de Blondel, *L'Action*

(1893). O segundo momento subordinar-ser-à às seguintes interrogações: “qual o texto que melhor evidencia a perspectiva do filósofo sobre o conhecimento e como caracterizá-la?”. Na tentativa de sistematizar a reflexão blondeliana sobre o conhecer recorreremos, em particular, a “Le procès de l’intelligence”, o mais elaborado texto do autor sobre o presente tema. No terceiro momento inquire-se sobre a resposta do filósofo ao problema do conhecimento tal como ele próprio o coloca. Para apresentar o que entendemos constituir a solução de Blondel ao seu problema faremos uso de textos de **L’Itinéraire philosophique** e de **La Pensée**. O quarto e último momento corresponderá à tentativa de determinar o sentido e alcance da reflexão blondeliana sobre o conhecer na sua filosofia.

I

“Ce qui était simplement idée de l’object devient, en toute vérité, certitude objective et possession réelle.”⁸

Quando e como aparece o problema do conhecimento na filosofia de Maurice Blondel?

A primeira análise blondeliana do “conhecer” surge em “Le lien de la connaissance et de l’action dans l’être” — capítulo III da V parte de **L’Action** (1893) — no desenvolvimento da lógica da acção e pela necessidade de se afirmarem as condições de atribuição de objectividade à realidade presente na consciência humana, em virtude da apercepção. A “apercepção” é entendida por Blondel como síntese de toda a diversidade alcançada imediatamente pelo próprio agir, síntese à qual falta uma consistência que só o pensar pode garantir.

Assim, o conhecimento não surge como uma questão **de per si** mas subordinada a uma necessidade intrínseca ao progresso da acção, ao avanço do estudo deste tema.

É na análise da “acção” — dado primeiro na vida do homem e que nele se realiza inevitavelmente — que Blondel descobre uma irredutível inadequação entre os dois aspectos segundo os quais a vontade se manifesta: **volonté voulante** (vontade que quer), essencialmente dinâmica e que na sua progressão para o transcendente — sentido em que se exerce e desenvolve — exige não só que o fenómeno seja real mas ainda a posse do mesmo; **volonté voulue** (vontade querida) que engloba os móveis da vontade que anteriormente se lhe impunham como necessários e que, agora, uma vez alcançados, passam a ser objecto de uma livre adesão.⁹

Ora a acção é dirigida pela vontade e, por isso, vai-se expandindo na tentativa de alcançar algo que satisfaça plenamente o seu querer. Mas, porque este é infinito, ela percorre toda a ordem natural enunciando,

neste seu percurso, uma série integral dos fenómenos que são, na verdade, meios imanentes do querer, considerando que não podem deixar de ser afirmados, para que o irreprimível dinamismo da vontade se realize. A ciência da acção, ao determinar o encadeamento rigoroso e integral dos fenómenos, instaura a sua realidade, ainda que apenas sob um ponto de vista particular, ou seja, confere-lhes somente uma existência subjectiva.

Assim, o determinismo prático afirma a existência subjectiva dos fenómenos e também um conhecimento subjectivo dos mesmos. Para Blondel, este é o primeiro modo de conhecer possível ao homem, sendo igualmente necessário porque imposto pelo agir. Mas será esta forma espontânea e natural de conhecer suficiente para o homem? Na verdade, este modo de conhecer não basta, uma vez que é apenas subjectivo. No entanto, ele implica já a idéia da existência objectiva dos fenómenos, a qual exige ser fundada na razão e não apenas numa necessidade de facto — justificação que o determinismo da prática apresenta para a existência subjectiva do real. Brevemente, podemos afirmar que é um problema ontológico que conduz o filósofo a uma reflexão sobre o conhecimento e que este é colocado pela prática.

O determinismo seguido e concretizado pela acção, num processo dialéctico contínuo entre os dois aspectos da vontade, conduz à interrogação: qual o grau de realidade do domínio em que se desenrola a acção? Ou melhor: o que é exigido pelo desenvolvimento da acção, como meios imanentes do querer, e por este realizado subjectivamente, possuirá uma existência objectiva?

Blondel procurará responder-lhe em “Le lien de la connaissance et de l’action dans l’être”, de **L’Action** (1893). Para tal ele enuncia, primeiramente, a série necessária dos fenómenos, bem como a idéia de ser a estes implícita, que o inevitável dinamismo constante da acção estabelece. Percorre, depois, toda a ordem natural e, não encontrando termo para o querer infinito da vontade, passa inevitavelmente à ordem sobrenatural colocando a hipótese do “Único necessário” (Deus) — “necessário” porque os fenómenos são inexplicáveis sem ele, “único” porque só ele é necessário sem que nada o tenha precedido. Frente ao “Único necessário” o homem dispõe apenas de duas atitudes possíveis: aceitação ou recusa. Só aceitando o “Único necessário” como princípio e termo da série contínua dos fenómenos enunciada pelo determinismo se ratifica a legitimidade deste e a realidade dos fenómenos que integra.

Este mesmo determinismo da acção é depois também percorrido pelo pensar para que, além da realidade (ainda apenas subjectiva) dos fenómenos, se procure estabelecer a sua verdade (de um modo objectivo). O encadeamento integral dos fenómenos é, assim, percorrido pela acção e pelo pensamento o que, aliás, vem na seqüência do propósito de

fundar na razão a série de factos afirmados pela acção, em virtude da sua evidência (o que é um critério subjectivo).

É então que Blondel define dois níveis do conhecimento. Um primeiro em que se afirma o conhecimento como involuntário porque implicado pela ascensão do pensar (rigorosamente paralelo ao da acção), necessário porque incide nos meios imanentes do pensar, e subjectivo porque anterior à opção. A sua conquista possível é a da representação dos objectos no homem, produzida por este mesmo devido à necessidade que tem dos fenómenos para garantir as condições reais do agir e do pensar. Num segundo nível, o conhecimento é já o resultado de uma livre adesão ao determinismo após a aceitação do “Único necessário” e, no entanto, é ainda necessário e subjectivo: necessário na medida em que persiste na observância do determinismo, o qual é agora voluntariamente adoptado; subjectivo porque o seu progresso é integrado numa vontade que concretiza na experiência a ideia presente na consciência.

Apesar de ambos os níveis de conhecimento serem necessários e subjectivos, torna-se evidente que não o são do mesmo modo, pois a opção impõe um carácter voluntário à necessidade exclusiva e à subjectiva produção de fenómenos. A opção tem, pois, uma dimensão gnoseológica a qual reside na legitimidade conferida ao determinismo do pensar e na convicção (e sublinhamos de que se trata apenas de uma convicção) de que o conhecimento que se lhe segue é objectivo. Assim a opção assume também uma dimensão ontológica. Devemos ainda acrescentar que a opção pela afirmativa, ao conferir uma realidade objectiva aos fenómenos imanentes do agir e do pensar e, desta maneira, assumir uma dimensão ontológica, ratifica o carácter subjectivo inalienável do conhecimento.

Ora, dos dois níveis de conhecimento definidos em **L’Action** (1893), só o segundo poderá alguma vez alcançar verdadeiramente o ser, ainda que jamais de forma absoluta.

“La première, en effet, celle qui pose nécessairement, le problème et nous procure une vue intégrale, quoique souvent confuse ou réduite, de l’ordre universel, n’est encore qu’une représentation de l’objet dans le sujet (...). La seconde de ces connaissances, (...) au lieu de poser le problème pratique, elle en traduit la solution dans notre pensée; au lieu de nous mettre en présence de ce qui est à faire, elle recueille, dans ce qui est fait, ce qui est. C’est donc vraiment une connaissance objective (...). Car ce qui, avant l’option consommée, n’est encore que vue de l’esprit, devient après, conscience d’une lacune réelle et, si l’on peut dire, d’une privation positive.”¹⁰

Neste texto, Blondel esclarece a necessidade que há de passar do primeiro nível de conhecimento — “conhecimento subjectivo da verda-

de¹¹ — a um segundo — “conhecimento privativo da realidade”¹² — em virtude daquele não avançar para além da representação do objecto no sujeito e só neste último ser capaz de afirmar o objecto na sua existência exterior ao sujeito. Após a opção a forma de conhecimento possível apresenta-se como consciência da privação de ser, pois a representação do objecto no sujeito cede lugar à afirmação do objecto na sua realidade própria, distinta da do sujeito. Esta privação é positiva, por constituir uma nova motivação da vontade: a da posse real do objecto. Daí que, no segundo nível do conhecimento, à consciência da privação do ser se siga um movimento para a posse real deste. Assim se cumpre que “ce qui était simplement idée de l’object devient, en toute vérité, certitude objective et possession réelle”¹³ — evolução que reflete o alcance do esforço especulativo blondeliano sobre a questão do conhecimento em *L’Action* (1893).

Do que acima ficou dito facilmente se depreende que, para Blondel, “conhecer” expressa um movimento de interiorização, ou melhor, de “assimilação” do objecto pelo sujeito. Esta “assimilação” produz-se na relação dinâmica do sujeito e do objecto e não na sua adequação.

E na única definição de conhecer que surge em “Le lien de la connaissance et de l’action dans l’être” lê-se:

“Connaître c’est être ce qu’on connaît, c’est le produire, l’avoir, le devenir en soi. **Sumus quot videmus.**”¹⁴

Encontramos já aqui, se bem que de uma forma ainda um pouco incipiente, a capacidade que o conhecer tem de adensar o ser do homem. Se “conhecer é ser o que se conhece”, o homem será tanto mais homem quanto mais conhecer. O conhecimento em extensão dos objectos origina o adensamento em intensidade do ser humano. Aqui se esboça já a inconsistência de qualquer autonomia da reflexão blondeliana sobre o conhecimento. Não só a origem da temática do conhecer é exterior a si mesma, sendo suscitada pela dinâmica da acção, como também o sentido superior de conhecer só é dado por uma perspectiva ontológica, sendo apenas no domínio da ontologia que o conhecer alcança a sua máxima inteligibilidade.

II

“Entre le discours et l’intuition, il n’y a pas à opter comme entre des modes incompatibles; il faut voir leur rôle en leur solidarité même.”¹⁵

Qual o texto de Blondel que, de uma maneira desenvolvida e explícita, melhor evidencia a perspectiva do filósofo sobre o conhecimen-

to? **Quais as características** da reflexão blondeliana sobre o tema enunciado? — Estas são questões indispensáveis após a breve análise das primeiras observações do filósofo relativamente à problemática do conhecer e que orientam já a prossecução deste estudo.

Considerando a completa bibliografia de Blondel, é “Le procès de l’intelligence”¹⁶ o estudo que mais profunda e sistematicamente analisa o problema do conhecer. Este artigo de 1921 aparece suscitado, principalmente, pela querela sobre o intelectualismo e anti-intelectualismo que, então e durante a década de 20, empolgou o meio cultural francês. Com efeito, Blondel é aparentado com a filosofia bergsoniana — e, assim, com o confesso anti-intelectualismo desta — por alguns comentadores e críticos da filosofia da época, pelo que, cada vez mais, se vê envolvido numa querela na qual nunca intervieria directamente. Blondel vai ser considerado como anti-intelectualista¹⁷ — o que, afinal, é contradito pelas próprias influências filosóficas que acolhe bem como pela estrutura sistemática do seu pensamento.

Entre 1893 — **L’Action** (1893) — e 1921 — “Le procès de l’intelligence” —, sabemos-lo já, o tema do conhecimento não está ausente. Bem pelo contrário, encontramos-lo em “L’illusion idéaliste” (1894), “Principe élémentaire d’une logique de la vie morale” (1903) e “Le point de départ de la recherche philosophique” (1906). Estes três textos podem ser considerados, por um lado, como continuadores de **L’Action** (1893) na medida em que procuram explicitar, justificar e, desse modo, completar a tese de 1893 nos seus aspectos mais controversos (como sejam as observações sobre o conhecimento); por outro lado, como antecessores de “Le procès de l’intelligence” na medida em que procuram esclarecer aspectos equívocos da problemática do conhecer evocados na já citada querela.

“Le procès de l’intelligence” evidencia-se como a reflexão blondeliana mais elaborada e sistematizada sobre o conhecimento.

A análise sobre o conhecimento presente em “Le procès de l’intelligence” incide sobre três aspectos fundamentais cuja especificidade os torna característicos da própria perspectiva blondeliana sobre o conhecer. São eles: a existência de dois modos de conhecer e a sua respectiva definição; natureza da relação que entre ambos se estabelece; a concepção de “conhecer” apresentada.

Atendamos, primeiramente, aos dois modos de conhecer a que Blondel se refere: o conhecimento nocional e o conhecimento real.

“Comprenons donc bien l’incommensurabilité de la CONNAISSANCE NOTIONNELLE et de la CONNAISSANCE RÉELLE: — par la première, nous nous fabriquons un monde de représentations, comme en une cage de verre dépoli où nous ne sommes en contact qu’avec des produits de l’industrie,

artificiata, ou comme en um musée scolaire où, sous prétexte de leçons de choses, nous ne connaissons le champ de blé que par une paille sèche collée sur un carton à côté d'autres échantillons morts; — par la connaissance réelle, ce que nous cherchons, ce ne sont pas des représentations des images, des symboles, des spécimens, des phénomènes, c'est la vive présence l'action effective, l'intussusception, l'union assimilatrice, la réalité."¹⁸

O texto citado apresenta-nos uma clara distinção entre os dois modos de conhecer. Verificamos que pelo conhecimento nocional temos a capacidade de fabricar representações da realidade as quais, porém, não atingem essa mesma realidade. Todavia, elas estão em contacto com o real e daí provém a sua consistência enquanto representações. Ao nível do conhecimento nocional o homem constrói noções, conceitos, através de um processo contínuo de abstracção do real. Pelo conhecimento real manifesta-se o esforço de procura da realidade, não como realidade sensível ou transcendente, mas como realidade vivida concreta, em que o singular comunga do universal no pensamento e na acção. O conhecimento real corresponde a um esforço por captar a unidade do real na sua intimidade, sem que para tal recorra a formas intermédias, mas antes procedendo de um modo directo.

Não basta possuir uma "palha seca" sobre um cartão, para se conhecer um "campo de trigo". Precisamos de estar na sua frente, precisamos de avançar e penetrar na seara e apenas deste modo teremos um conhecimento autêntico do "campo de trigo", ou seja, a sua "viva presença". Um conhecimento por representações, e porque as representações são estáticas, é um conhecimento do imóvel, do inerte, incapaz de acompanhar o constante dinamismo da vida, o que apenas o conhecimento real alcança.

A diferença entre os dois modos de conhecer — o nocional e o real — acentua-se e, simultaneamente, é justificada por corresponder ao exercício de duas distintas faculdades de conhecer, respectivamente: a razão e a inteligência.

Com efeito, Blondel não confunde, nem concebe analogicamente, os sentidos de razão e inteligência. Pelo contrário, estabelece entre ambos os conceitos uma vincada distinção, que se acentua na hierarquia que enuncia das várias significações usualmente atribuídas à "inteligência".¹⁹ Aí se afirma que o termo inteligência apenas convém à manifestação de uma capacidade de apreender imediatamente o ser na sua singularidade concreta, e na medida em que se visa a essência do real. Por outro lado, à "razão" corresponde efectivamente e apenas a capacidade abstrativa, não avançando ela para além de uma determinação da existência. O filósofo confirma-o dizendo:

“Par opposition aux formes inférieures de l’entendement abstrait ou de la raison discursive vit de mimétisme ou de simili, l’intelligence au sens fort et traditionnel du mot apparaît comme une puissance d’intuition possédante, **videre est habere**, comme la faculté de l’être vu est assimilé (...)”²⁰

A inteligência é tomada como faculdade que capta, interioriza, assimila ao sujeito que vê, aquilo que é visto, o real tomado numa síntese. É uma potência assimiladora. E ainda, tomando o texto como base, podemos dizer que a inteligência vê e possui, realizando, simultaneamente, um duplo movimento num acto único: um movimento que podemos designar como “centrífugo” e um outro, oposto ao primeiro, um movimento “centrípeto”.²¹ O primeiro refere-se a um desenvolvimento do sujeito por expansão, em que ele se estende a todo o real. É o instante privilegiado do **videre**. O segundo refere-se a um desenvolvimento do sujeito por compenetração, em que ele possui aquilo que vê. É o instante por excelência do **habere**.

Notemos que o exercício da inteligência, tal como é enunciado em “Le procès de l’intelligence”, corresponde ao sentido expresso pelo conhecer em **L’Action** (1893).

Concluimos que a inteligência e razão se distinguem pelos vários aspectos que, de imediato, enunciamos: pela sua natureza, uma vez que o realismo da primeira se contrapõe à abstracção da segunda; pelo seu procedimento, dado que a inteligência avança por síntese sucessivas e a razão apenas pratica a análise; pelo seu objecto, pois enquanto a inteligência visa o ser na sua singularidade, a razão procura uma representação geral da realidade; pelo seu alcance na medida em que se reconhece que a progressão da inteligência é inconclusa, considerando que ela não apreende a unidade universal, e que a razão é conclusa pois esta consegue definir efectivamente as características gerais dos objectos.

Apesar de o filósofo nunca explicitar a relação entre as faculdades do conhecimento e os modos de conhecer, é legítimo afirmarmos, a partir da leitura de “Le procès de l’intelligence”, que à dualidade razão/inteligência corresponde a dualidade conhecimento nocional/conhecimento real. Mais ainda, é a segunda que tem origem e se fundamenta na primeira.

Em síntese podemos afirmar que ambas as dualidades refletem a existência de diferentes funções do espírito humano e que a reflexão blondeliana sobre o conhecer consiste, essencialmente, na divisão metódica e na designação a atribuir a cada uma das referidas funções.

Dualidades irreduzíveis — razão e inteligência, conhecimento nocional e real — exercem-se uma relação dialéctica fecunda. Passamos à análise da natureza das relações entre as duas formas de conhecer.

Os modos nocional e real de conhecer, heterogénios entre si, bem como incomensuráveis — como antes nos dizia um já citado texto de Blondel²² — são igualmente complementares, uma vez que é a insuficiência do modo conceptual de conhecer que manifesta a necessidade de um outro que lhe seja complementar: o conhecimento real. Mais ainda, o conhecimento real exige também o exercício do conhecimento nocional, uma vez que este, pela sua natureza analítica e mantendo-se ao nível do conhecimento real, possibilita uma unidade, uma síntese superior que integra todos os elementos do real, conservando a especificidade de cada um. Não é já de uma complementaridade unilateral que se trata mas de uma complementaridade recíproca. Daí que Blondel afirme que “entre le discours et l’intuition, il n’y a pas à opter comme entre des modes incompatibles; il faut voir leur rôle en leur solidarité même”²³.

Com efeito, é no exercício simultâneo do discurso e da intuição, do conhecimento nocional e real, e sem exclusão de qualquer aspecto, que consiste o conhecimento completo e próprio de uma filosofia integral. A consideração da diversidade de funções não só viabiliza a complementaridade, fecunda, entre ambas, como também favorece o desenvolvimento das mesmas.

O conhecimento exerce-se, no caso blondeliano, de forma original uma vez que o filósofo contrapõe à ordem cronológica do desenvolvimento do pensamento humano, uma ordem real. Desta sorte, o pensamento que, sob uma perspectiva cronológica, evolui ascendendo das formas mais simples às mais complexas, é agora concebido como progredindo num sentido inverso. Ou seja, na ordem real dos fenómenos verifica-se que o pensamento parte da unidade integral e harmoniosa, fazendo-se depois plural e descendo às mais rudimentares formas mentais humanas. É o processo de crescimento intelectual traçado por uma filosofia genética que determina que o percurso do pensamento entre o sensível e o transcendente se realize primeiro no sentido descendente — **desursum** — e, depois, ascendente — **sursum**.

A relação da anterioridade de **desursum** relativamente ao **sursum**, em “Le procès de l’intelligence”, e a persistência em 1934 (La Pensée), são fundamentais na problemática blondeliana do conhecimento. Elas mostram a constância do filósofo, quer em fazer depender o verdadeiro conhecimento do “único necessário”, do transcendente, quer em declarar que o autêntico conhecimento exige o alcance de uma integralidade, ou seja, o alcance do seu próprio termo. Por outro lado, esta exigência do conhecer em recorrer ao eternamente inacessível “Único necessário” mostra, por si só, a relatividade do conhecimento humano. Mais ainda, remete a fundamentação do conhecimento para um plano transcendente, não permitindo a formulação de um critério de verdade plenamente objectivo e universal a nível humano.²⁴

“Conhecer” é, então, percorrer, não apenas com a razão mas com a inteligência, e nos dois sentidos, a via que conduz ao transcendente. E o autêntico conhecimento é o que se realiza não só pela inteligência mas também pela razão, mantendo-se, no acto de conhecer, a assimilação à unidade interna do sujeito cognoscente daquilo que lhe é exterior.

Em “Le procès de l’intelligence” “conhecer” é definido como o acto de possuir pela inteligência; a assimilação individual do real universal; a acção pela qual a inteligência conduz todas as coisas que assimila à unidade do eu; uma “intussuscepção” intussuscepção aparece com um significado próximo de “viva presença”, “acção efectiva”, “união assimiladora”, “realidade”, ou seja, termo aplicado ao objecto máximo que a inteligência e o conhecimento real procuram alcançar; designa também a “fusão” do sujeito e do objecto — sem absorção — realizada por um modo de conhecer que se torna coextensivo ao real e consubstancializador do homem.²⁵ E conhecer é sempre realizar uma “intussuscepção” — eis a definição que, de forma mais exacta, exprime o sentido blondeliano de conhecer. Todavia, “intussuscepção” é, em si mesmo, um conceito de difícil compreensão. É um termo que Blondel vai retirar do vocabulário escolástico, sem, no entanto, o contextualizar ou apresentar a sua significação original. Em “Le procès de l’intelligence” ele surge definido por uma seqüência de expressões diversas, o que, revelando a riqueza do conceito, aponta igualmente para a ambigüidade do mesmo. Conseqüentemente é a própria definição blondeliana de conhecer que permanece ambígua.

III

“Concluons donc que: le réel est connaissable, mais que le connu n’est pas tout le réel.”²⁶

Qual a resposta de Blondel para o problema do conhecimento tal como este se lhe depara?

Quer no início da investigação blondeliana sobre o conhecer, quer no seu desenvolvimento, jamais se manifesta a intenção de formular uma “teoria do conhecimento”. Mesmo “Le procès de l’intelligence”, o trabalho mais aprofundado e sistemático sobre o conhecimento, não é exaustivo sob esse aspecto. O seu objectivo restringe-se a acentuar a fecundidade de modos de conhecer, a afirmar o realismo do conhecer, ou seja, a sua dimensão ontológica. Verificamos que, apesar da problemática do conhecimento adquirir um relevo sempre crescente na filosofia de Blondel, este não deixa de limitar, intencionalmente, o domínio possível do seu estudo.

A reflexão de Blondel sobre o conhecer encerra uma real incompletude e um radical inacabamento. A “incompletude” consiste na

redução operada, pelo filósofo, na extensão possível da temática aprofundada. O "inacabamento" reside no facto de o conhecimento humano jamais se apresentar como pleno, mantendo-se irremediavelmente relativo.

Se em toda a reflexão de Blondel sobre o conhecimento a incompletude deste é uma realidade sempre presente, o mesmo não se verifica com o inacabamento que agora lhe atribuímos, o qual apenas se esboça em 1925 — em "Le problème de la mystique"²⁷ — e que se confirma em 1928 no *Itinéraire philosophique*.²⁸

L'itinéraire philosophique aborda ainda o problema do conhecer. E, no entanto, evidencia já uma inflexão do pensamento blondeliano. Aqui se assiste ao ultrapassar da interrogação sobre o conhecer, para se insistir num aspecto antes somente abordado: o da relação entre o conhecimento e o ser. Sem dúvida que a dimensão ontológica do processo geneológico era já inegável em 1928. No entanto, a relação do conhecimento e do ser nunca constituira objecto de qualquer reflexão, como acontece em textos de *L'itinéraire philosophique*²⁹. É no decurso desta mesma análise que o radical inacabamento do conhecer se descobre.

Recordemos que o verdadeiro conhecimento, a intussuscepção, instaura uma dimensão ontológica fundamental, uma vez que consiste numa união assimiladora do sujeito e do objecto, em que o segundo adquire uma realidade que não tinha e o primeiro manifesta o seu ser de forma nova e mais rica, porque o conhecimento do qual foi sujeito se consubstancializou em si. O objecto supremo do conhecer é o de concretizar a intussuscepção de um modo absoluto, processo que conduziria o "quase-ser" que é o homem até ao termo da ascensão que leva ao ser, a Deus, ao transcendente. Todavia, o conhecimento é sempre relativo e o seu percurso inconcluso, o que se fica a dever, respectivamente, à sua própria natureza — em simultâneo analítica e sintética — mas, em especial, ao objecto que persegue — a apreensão integral do ser numa união íntima.

Todo o conhecimento humano, por mais completo e perfeito que seja, é ainda relativo e indigente. Por um lado, a extensão do real a conhecer é imperscrutável, o ser na sua totalidade inesgotável; por outro, o conhecer humano possui raízes profundas que mergulham num pensamento que não é consciente de si e que avança para uma realidade que o transcende, pelo que nunca se apresenta como um dado primeiro ou último. Por isso, o conhecer humano é radicalmente inacabado, o que o filósofo reconhece peremptoriamente ao afirmar: "Concluons donc que: — le réel est connaissable, mais que le connu n'est pas rout le réel"³⁰.

Com efeito, é a impossibilidade de uma perfeita coincidência entre os modos de conhecer e a conseqüente subsistência de uma fissura entre ambos, responsável pelo não funcionamento do todo real, é a necessidade de unificação das funções do espírito como única via para a captação

da unidade do real que obriga à passagem do problema do conhecer ao tema do pensar, cuja extensão é superior à do primeiro. A unidade que o conhecimento não cumpre, nem a nível interno — na sua própria dualidade —, nem externo — numa síntese universal —, irá ser procurada pelo pensamento. Tal como já afirmámos, o processo do conhecer não tem um ponto de partida e de chegada que lhe seja particular pois, em toda a sua extensão, assenta num outro processo mais vasto que o antecede e prolonga, o do pensar.

Em suma, consideramos que a doutrina do pensamento constitui a resposta de Blondel ao problema do conhecimento.

Em 1929 o filósofo afirmará a Wehrlé, seu amigo e confidente:

“Tout mon effort a donc été de prendre un point de départ qui précède les distinctions factices et les oppositions fallacieuses d’une pensée et d’une réalité qui risquent alternativement de se confondre dans le monisme ou de s’opposer en un dualisme incurable.”³¹

Ora esse ponto de partida é anterior ao próprio conhecimento. De facto o começo do pensamento é anterior ao da consciência, enquanto o do conhecimento lhe é posterior; o pensamento unitivo desenvolve um processo que é infinito numa perspectiva intemporal, enquanto o conhecimento, porque anula a dualidade interna, não penetra na via da real unidade. Por isso, Blondel sublinha a Wehrlé a necessidade que há de refletir sobre uma problemática mais ampla do que a do conhecer — a do pensar —, na qual aquela se integrará para que dela se alcance uma autêntica compreensão.

É apenas em *La Pensée*, 1934, que Blondel, após afirmar o “conhecer” como uma parte intermédia de uma série dinâmica que o antecede e o ultrapassa, supera definitivamente tal problemática por via da sua integração na “ciência do pensamento”, o que, aliás, obriga a um rendimensionamento do conhecer:

“Comprenons le bien: le connaître n’est qu’une phase médiane du penser. Faire du problème de la connaissance le **primum quaesitum** ou le **sumum terminum** de la philosophie ce serait couper racines et tête de l’arbre.”³²

E eis que, mais uma vez, se evidencia a insuficiência do conhecer para sua própria compreensão, a ausência de uma autonomia que o caracterize e a necessidade de integração numa doutrina do pensamento — solução blondeliana para o problema do conhecimento.

O que se torna surpreendente é que é ao apontar os limites naturais do conhecer que Blondel, em simultâneo, lhe atribui o seu autêntico valor: uma função propedêutica em relação ao pensar. Na verdade, é à

medida que o filósofo prossegue o estudo sobre o conhecer que verifica o inacabamento deste, sendo, então, conduzido a afirmá-lo como “fase mediana do pensar”, assim descobrindo a necessidade de passar a uma “ciência do pensamento”. O conhecer é, então, assumido como metodologia *sui generis* do pensar.

Em suma, verificámos que o inacabamento do conhecer radica no facto de este ser apenas uma fase mediana do pensar, o que conduz o filósofo à passagem do estudo do conhecer para o do pensar. Por outro lado, deparámos com a necessidade de unificação das funções do espírito. No entanto esta unificação não se cumpre, tornando-se, então, responsável pela incompletude do conhecimento e incitando, agora, à prossecução do estudo sobre o processo intelectual humano no sentido do pensar.

Blondel realiza a transição de um domínio restrito para um outro mais lato, integrando a dualidade de modos de conhecer — nocional e real — numa nova dualidade mais ampla, a do pensamento “noético” e “pneumático” que define afirmando em *La Pensée*:

“(…) nous appelons **noétique** l’aspect cosmique de la pensée en tant qu’elle fait de l’univers, en fait et en droit, un **solidum quid, sub specie unius et totius**. Nous appelons **pneumatique** l’aspect cosmique de la pensée en tant qu’elle introduit partout de la diversité, de la singularité des **vincula** partiels, des centres de réaction, des perspectives différenciées et concourantes.”³³

Desta sorte temos um aspecto do pensar que manifesta uma tendência unificante, universalizante, assimilando a intenção positiva do conhecimento nocional; e uma outra que se apresenta como diversificante, singularizante, absorvendo o interesse pelo singular conhecimento do real. A dualidade que se manifestava no seio do conhecer, e que contribui para a enunciação da dualidade do pensar, persiste ela mesma na dupla função do pensamento agora enunciado. A proximidade entre a dualidade do conhecer e do pensar é bastante estreita e o que distancia ambas só se torna claro ao insistirmos nas suas relações internas. Aliás, sublinhe-se, a posição de Blondel no âmbito da filosofia é sempre mais vincada pelas relações que ele estabelece entre os elementos que nomeia do que pela singular caracterização dos mesmos.

Em *La Pensée* Blondel diz que os dois aspectos do pensamento, apesar de parecerem inversos, são, de facto, coordenados.³⁴ E, não obstante a analogia, a relação do nocional e real e a do noético e pneumático não é idêntica pois: a primeira é constituída por dois modos de conhecer que ocupam diferentes níveis entre si, pelo que apesar de inseparáveis, o primado é atribuído ao conhecimento real; a segunda descobre duas funções do pensamento que, num mesmo nível, se manifestam inseparáveis, mas excluindo qualquer primado de uma sobre a outra, em virtude do seu exercício ir realizando uma perfeita unidade.

À insuperável inadequação de dois desnivelados modos de conhecer, sucede a irredutibilidade de dois aspectos do pensamento que, num nível idêntico, vão caracterizando progressivamente uma unidade integral, mais consistente, ampla e profunda do que a alcançada pelo conhecimento. O conhecimento nocional e real são prespectivas para a compreensão da realidade, metodologias de aproximação do real. O pensamento noético e o pneumático, pelo contrário, são funções de um pensar unitivo, concreto, e afirma-se mesmo como realidades em virtude da presença e acordo do singular e do universal, que manifestam, na unidade.

Por conseguinte, a problemática blondeliana do conhecimento não se conclui graças a uma solução autónoma da mesma, mas pela sua integração no tema do pensamento — única via legítima para o desenvolvimento da presente problemática, porque a única conforme à doutrina filosófica de Blondel.

IV

“...ce qui reste toujours **inachevé** est metaphisiquement **inachevable...**”³⁵

Qual o **sentido** e **alcance** da reflexão de Blondel acerca do conhecimento?

Até ao momento, nesta nossa breve reflexão sobre o problema do conhecimento na filosofia blondeliana, procurámos analisar o modo como a questão surge, como se apresenta e como se resolve; ou seja, procurámos sistematizar a posição de Blondel no domínio do conhecer — tarefa que o próprio filósofo não empreende mas que nos é possível realizar, com legitimidade, a partir de uma leitura atenta dos textos. Sublinhamos, uma vez mais, que o problema do conhecer permanece marginal em relação à fundamental intuição filosófica de Blondel (a qual, delineada já em 1893, só virá a ser concretizada no ano de 1934 e subsequentes), pelo que não encontramos qualquer “teoria do conhecimento” elaborada, o que exigiria uma sistematicidade estrutural.

Retomemos, agora, alguns aspectos já antes considerados a fim de traçar o percurso completo da reflexão de Maurice Blondel sobre o conhecimento e, assim, explicitar amplamente o seu significado.

Como surge o problema do conhecer?

Imposto pelo irreprimível desenvolvimento da acção, pelo eterno dinamismo desta, a qual, em determinado momento do seu progresso, se interroga sobre a realidade objectiva dos meios imanentes indispensáveis ao seu crescimento. Ora só o conhecimento se poderá pronunciar acerca da objectividade do existente vivido.

E como se apresenta?

Não sendo um tema cuja análise se imponha exclusivamente pela relevância que lhe é atribuído, mas surgindo também suscitado por outras questões filosóficas, o tema do conhecimento é diferentemente apresentado ao longo de quatro décadas, variando devido à influência do contexto problemático que o vai suscitando.

Em 1893, é colocado pelo progresso da acção, pela necessidade de afirmação da realidade como tal. O conhecimento revela-se, então, no esforço de determinação da objectividade do real. É o seu alcance que importa.

Em 1921, é colocado pela urgência de um posicionamento na querela do intelectualismo e anti-intelectualismo na qual Blondel se via envolvido. Insire-se, então, na determinação dos modos de conhecer, na sua definição e na relação destes com as faculdades do conhecimento, com as funções do espírito humano. É a sua natureza e o modo como se exerce que importa.

Em 1928-34, é colocado pela urgência de se passar à efectiva concretização do projecto original de Blondel, o que exige a ultrapassagem do problema do conhecer. Passa-se, então, à definição dos limites do conhecimento e à análise do alcance do seu exercício. É a sua função que importa.

E como se resolve o problema do conhecimento?

Não constituindo um tema fundamental na filosofia blondeliana, virá a ser integrado num outro tema que de facto o é: o do pensamento. O estudo do conhecer é subsidiário do estudo do pensar; aquele é propedêutico e método excelente para a compreensão deste.

Evocando, uma vez mais, aspectos por nós já nomeados neste estudo, destacamos dois que caracterizam bem a reflexão blondeliana sobre o conhecimento e cujo significado não foi ainda suficientemente explicitado. São eles: o predomínio de uma perspectiva ontológica e uma original formulação da tendência intelectualista.

A metafísica cristã de Blondel estrutura-se numa dimensão ontológica. A filosofia blondeliana acompanha o processo de consubstancialização do ser do homem, pela sua acção, pelo seu conhecimento, pelo seu pensamento, ou seja, o percurso da criação do homem (ontogénese). O "conhecer", caracterizando-se pelo adensar do ser do homem, aponta, indubitavelmente, para a dimensão ontológica em que se integra e ganha sentido.

Também a tendência intelectualista se evidencia na filosofia blondeliana, particularmente na reflexão sobre o conhecer (relacionada com a querela do intelectualismo e anti-intelectualismo).

A acusação de anti-intelectualismo dirigida a Blondel teve origem numa crítica idêntica feita a Bergson — pela supremacia que este atribui à intuição — o que, depois, também o atingiu. No entanto, o estatuto concedido por Blondel à intuição é bem diverso do de Bergson; este coloca-a na origem de toda a reflexão; aquele apenas como termo intermédio de todo um processo infinito.

Além disso, Blondel pretende manter um nítido afastamento de Bergson, quer quanto ao conceito de intuição, quer quanto ao sentido geral das duas doutrinas. Este procedimento, que estava de acordo com as suas convicções filosóficas, tinha ainda a vantagem de o furta-los às críticas de anti-intelectualismo. Porém, considerando que tais críticas partiram da escolástica, a sua persistência justifica-se pelo papel atribuído por Blondel à razão, pela necessidade que ele afirma de se ultrapassar o exercício desta, pela concepção de que o conhecimento não é apenas da natureza especulativa mas prática também. Ora estes são os principais aspectos responsáveis pela sistemática atribuição de um anti-intelectualismo a Blondel.

Não obstante, o filósofo considera que a sua posição intelectualista o é mais plenamente do que a dos seus opositores escolásticos que o acusam de anti-intelectualista e os quais — segundo ele afirma — não ultrapassam um nocionalismo,³⁶ um puro racionalismo aniquilador do contacto com a realidade, e contra o qual ele sempre se debateu.

A um intelectualismo racionalista que progride por abstracção, o filósofo contrapõe um outro que se funda na capacidade intuitiva da inteligência, captadora da essência. A legitimidade do intelectualismo blondeliano radica na afirmação plena da superioridade da inteligência como faculdade do conhecimento; a dissonância entre o sentido *sui generis* deste e o tradicional emerge de uma diferente concepção de inteligência, respectivamente caracterizada como faculdade abstractiva ou intuitiva.

Pretendendo caracterizar o intelectualismo blondeliano — que, em virtude do seu sentido *sui generis*, não pode ser afirmado sem uma sequente explicitação — designá-lo-emos de “realista” por se fundar na inteligência, na medida em que esta é uma faculdade intuitiva que se exerce de forma imediata, na medida em que ela é uma faculdade do real, a única que se desenvolve por aproximação e penetração sucessiva do real concreto.

Referindo-nos ao problema do conhecimento falaremos de um “intelectualismo realista”: “intelectualismo” porque se afirma a inteligência como faculdade superior; “realista” porque a mesma inteligência é a verdadeira faculdade do real. Colocamos então a tónica no termo “intelectualismo”, o que indica uma preocupação gnoseológica. Integrando o problema do conhecimento na metafísica utilizaremos a expressão “realismo intelectualista”: “realismo” porque é o real — enquanto real concreto,

na sua universalidade e singularidade —, que esta filosofia procura alcançar; “intelectualista” porque o real concreto é apreendido pela inteligência. Colocamos então a tónica no termo “realismo”, o que indica uma preocupação ontológica.

Por último, procuramos agora, neste estudo de perspectiva blondeliana do conhecimento, indicar algumas das dificuldades que a posição assumida pelo filósofo no domínio gnoseológico originou. Para tal destacamos as críticas formuladas por Tonquédec, em 1911-3³⁸, e por Maritain, em 1921³² — aquelas como conhecemos como mais pertinentes.

Das objecções delineadas por Tonquédec referimo-nos, primeiramente, à acusação de uma impossibilidade da existência de um critério de verdade na filosofia blondeliana. Uma vez que, nesta filosofia, a “verdade” não se define como correspondência entre o objecto e o pensamento (*adaequatio speculativa rei et intellectus*), mas antes como *adaequatio realis mentis et vitae*³⁹, a noção de verdade encerra uma carga de subjectividade que jamais é eliminada (e que o próprio filósofo não pretende eliminar) e que obsta à formulação de um critério de verdade universal e objectivo.

Também a necessidade, afirmada por Blondel, de se alcançar o transcendente como legitimador do conhecimento humano implica uma impassibilidade de qualquer conhecimento, pois o percurso que conduz ao transcendente é infinito. Por isso, Tonquédec concluiu que, na filosofia blondeliana, não se pode dar o conhecimento, nem mesmo relativo.

A estas críticas segue-se um prolongado silêncio de Blondel quebrado em 1921 como “Le procès de l’intelligence”. Aqui se diz que o autêntico conhecimento é o que se verifica na assimilação do objecto pelo sujeito, assimilação na qual se alcança não só a existência mas também a essência do objecto. Existiria, então, um conhecimento absoluto do relativo no momento da intussuscepção, não porque se tivesse alcançado o transcendente, mas porque os princípios estão já no homem — descoberta de uma filosofia genética. Qual o dado objectivo que confirma quer a existência quer a essência do objecto dado? A resposta não é dada.

Após a vida a público do “Le procès de l’intelligence” as críticas prosseguem, então formuladas com maior pertinência por Maritain. Jacques Maritain afirma — e este é mais revelante aspecto indicado — que nenhuma lógica ou demonstração é possível excepto no âmbito de um conhecimento nocional, ou seja, ao nível do discurso. Ora Blondel avança para além do plano discursivo para atingir o intuitivo, ao qual reconhece o primado. É ainda a dificuldade ou impossibilidade de determinação da verdade do conhecimento que se aponta. A resposta de Blondel nunca é satisfatória.

A constante integração de elementos da natureza subjectiva — consideração da experiência vivida, de sentimentos, de emoções — no

processo do conhecer; a afirmação de uma inteligência de dimensão teórica e prática, cujo primado é atribuído ao segundo aspecto; o facto do problema do conhecimento nunca surgir isolado do da acção — são características específicas da reflexão blondeliana sobre o conhecer e as mesmas que se encontram na origem da incompreensão desta.

Que outras críticas poderíamos formular relativamente à perspectiva de Blondel sobre o conhecer? Creio que a mais incisiva consistiria em apontar a incompletude e inacabamento do próprio conhecimento. Porém, estes aspectos são apresentados pelo filósofo mesmo, e com uma insistência regular entre 1921 e 1934. Ou seja, Blondel está consciente (e afirma-o) da legitimidade de tais atributos aplicados ao conhecimento, o que, aliás — tal como adiantámos na nossa interpretação —, irá viabilizar a função do conhecer como propedêutico e metodologia *sui generis* do pensar.

Podemos dizer que, em última instância, as questões que a análise blondeliana sobre o conhecimento origina, radicam no facto de o problema do conhecer não surgir como uma temática fundamental e *de per sí* mas, antes pelo contrário, ser suscitada por outras temáticas e, assim, se apresentar sempre como objecto de um estudo casual e não sistematizado, entrecortado e lacunar, esporádico e parcelar.

Blondel parte do pressuposto da unidade do real, pelo que o autêntico conhecimento só pode consistir no alcance desta unidade. Conseqüentemente privilegia-se uma forma de conhecer não discursiva (que cinde a realidade) mas imediata, intuitiva; recorre-se não apenas à parte racional (que se exerce mediatamente), mas também à emotiva e psicológica (que se exerce de forma imediata); e verifica-se a incompletude e inacabamento do conhecer.

Concluimos que o conhecer é, na filosofia blondeliana, um momento, uma etapa de um processo infinito de ontogénese.

NOTAS

(1) Afirmação de Blondel reproduzida pelo seu fidelíssimo discípulo Archambault sob a forma de "recordações" transmitidas a um confidente in Paul Archambault, "Pour un cinquantenaire", in *Pour un cinquantenaire: Hommage à Maurice Blondel*. "La nouvelle Journée", 12, Paris, Bloud et Gay, 1946, p. 11.

(2) Cf. Maurice Blondel, "Lettre-Préface" in *Études Blondéliennes*, 1 (1951) pp. 15-21.

(3) Maurice Blondel, *L'Action-Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*. Paris, Alcan, 1983.

(4) Maurice Blondel, *La Pensée*, t. I, *La genèse de la pensée et les paliers de son ascension spontanée*. Paris, Alcan, 1934; t. II, *La responsabilité de la pensée et la possibilité de son achèvement*. Paris, Alcan, 1934.

(05) Maurice Blondel, *L'Être et les êtres. Essai d'ontologie concrète et intégrale*. Paris, Alcan, 1935.

(6) Maurice Blondel, *L'Action*, t. I, *Le problème des causes secondes et le pur agir*. Paris, Alcan, 1936; t. II, *L'Action humaine et les conditions de son aboutissement*. Paris, Alcan, 1937.

(7) A primeira fase blondeliana assinala o seu início com a vinda a público da tese de doutoramento do filósofo — *L'Action* — em 1893, e o seu termo com o aparecimento da Trilogia. Este período é de explicitação e desenvolvimento da doutrina sendo marcado por uma intensa publicação de artigos mais ou menos longos. A segunda fase inaugura-se em 1934 com o surgimento do primeiro volume da Trilogia e vai até 1949, data da morte do filósofo. É o período em que aparecem as obras do grande fôlego e em que o projecto filosófico de Blondel se sistematiza.

(8) Edição utilizada neste estudo: Maurice Blondel, *L'Action* (1893). Paris, P.U.F., 1973, p. 440.

(9) Cf. *Ibid.*, p. 19.

(10) *L'Action* (1893), p. 438.

(11) *Ibid.*, p. 440.

(12) *Ibid.*, p. 440.

(13) *Ibid.*, p. 440.

(14) *Ibid.*, p. 454.

(15) Maurice Blondel, "Le procès de l'intelligence" in *Le Procès de l'Intelligence*. Paris, Bloud et Gay, 1922, p. 281.

(16) Maurice Blondel, "Le procès de l'intelligence", in *La nouvelle Journée* 19, (Junho, 1924), pp. 409-419; (Julho, 1921), pp. 30-39; (Agosto-Setembro, 1921), pp. 115-133. Edição utilizada neste estudo: reprodução in *Le Procès de l'Intelligence*. Paris, Bloud et Gay, 1922, pp. 217-306.

(17) É na primeira década do século XX que a acusação de anti-intelectualismo é dirigida a Blondel. Tal acusação é suscitada e justifica-se pela importância que o filósofo concede à vontade e à acção, o que no domínio do conhecimento se reflete na legitimidade atribuída a uma forma de conhecer imediata e de natureza prática.

(18) "Le procès de l'intelligence", pp. 236-7.

(19) Cf. *Ibid.*, pp. 222-236.

(20) *Ibid.*, p. 236.

(21) As expressões "movimento centrífugo" e "movimento centrípeto" são utilizadas por Blondel apenas em 1934 em *La Pensée*. Todavia, a ideia que exprimem está já presente em "Le procès de l'intelligence" pelo que se torna legítimo o seu emprego.

(22) Nota 20.

(23) "Le procès de l'intelligence", p. 28L.

(24) Cf. as críticas dirigidas a Blondel in Joseph de Tonquédec, *Immanence. Essai critique sur la pensée de m^r Blondel*. Paris, Beauchesne, 1913 — sùmula das objecções colocadas ao filósofo.

(25) "(...) la nature radicalement réaliste de la pensée: elle part d' une immédiation, elle tend et aspire à une union, non pas seulement à une représentation, non pas seulement à une présence, mais à une intususception. Seulement cette fusion ne doit pas être confusion; loin de là: la possession de soi par l'intensité même de la vie intérieure est, pour employer en terme technique, fonction de la connaissance extensive et réelement possédante des autres êtres: "Le procès de l'intelligence", p. 222-3.

(26) Maurice Blondel, *L'Itinéraire philosophique de M. Blondel*. Paris, Aubier Montaigne, 1966, p. 128.

(27) Maurice Blondel "Le problème de la mystique", in *Ou' est-ce que la mystique?*, "Cahiers de la nouvelle Journée", 3, Paris, Blond et Gay, 1925, pp. 1-63.

(28) Primeira edição: Paris, Spes, 1928.

(29) Cf. *L'Itinéraire philosophique de M. Blondel*, p. 115-7, 126-8.

(30) *Ibid.*, p. 128.

(31) Carta de Blondel a Wehrlé de 17-4-1929 in *Blondel — Wehrlé, Correspondance*.

(32) *La Pensée*, I, p. 292.

(33) *Ibid.*, p. 240.

(34) Cf. *Ibid.*, p. 240.

(35) *La Pensée*, II, p. 176.

(36) Cf. Maurice Blondel, "Le vrai et le faux intellectualisme", in *Revue du clergé français*, t. 99, (Set. 2, 1919).

(37) Tonquédec, *Immanence. Essai critique sur la pensée de m' Blondel*.

(38) Jacques Maritain, "L'Intelligence d'après Maurice Blondel" in *Revue de Philosophie*, 30 (Julho-Agosto, 1923) pp. 333-364; (Set.-Out., 1923), pp. 484-511.

(39) Cf. Maurice Blondel, "Le point de départ de la recherche philosophique", in *Annales de Philosophie Chrétienne* [151 (Jan., 1906), pp. 337-360; 152 (Junho, 1906), pp. 225-250]